



# Anais da Assembléia

N.º 88

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 03 DE AGOSTO DE 1977.

ANO III

## 3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 129ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 03 DE AGOSTO DE 1977.

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados Rosário Pitelli e Werner Wanderer.

Às 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Agui-naldo Pereira Lima, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Roberto Soares, Luiz Alberto Oliveira, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Squarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho e Werner Wanderer (47); achando-se ausentes os Senhores Deputados Alfredo Gulin, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Fabiano Braga Cortes, Jayme Rodrigues Carvalho, Nilso Squarezi e Wilson Fortes (07).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA,  
destinada à apreciação de vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Não há ata nem expediente a serem lidos.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,  
com a presença de 53 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição no. 390/77, Veto apostado ao Projeto de Lei no. 153/75, de autoria do Deputado Fidelcino Tolentino, que autoriza o Poder Executivo transferir para o D.E.R., a conservação e melhoria da estrada Guaraniaçu - Altamira. Parecer favorável da C.C.J., pela manutenção do Veto, por unanimidade. — Rejeitado o projeto, mantido o veto.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 04, quinta-feira, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 181/77.

Levanta-se a Sessão.

## 3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 130ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 03 DE AGOSTO DE 1977.

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados Rosário Pitelli e Nelson Buffara.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto

Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Agui-naldo Pereira Lima, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Roberto Soares, Luiz Alberto Oliveira, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho e Werner Wanderer (47); achando-se ausentes os Senhores Deputados Alfredo Gulin, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Fabiano Braga Cortes, Jayme Rodrigues Carvalho, Nilso Squarezi e Wilson Fortes (07).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO:

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

OFÍCIOS:

Sob o no. 451/77, da Rede Ferroviária Federal SA, em atenção ao ofício no. 01/77, da Comissão Parlamentar Intersetorial do Extremo Sul, no qual solicitou àquele órgão federal, estudos e adoção de medidas operacionais no setor ferroviário.

— Ao conhecimento da Casa.

Oriundo do Instituto de Assistência ao Menor carta enviada ao Exmo. Governador do Estado — solicitando duas reivindicações à classe dos Servidores Cíveis do Estado:

1a. — observação e concessão das vantagens estabelecidas e contidas no "Estatuto dos Funcionários Cíveis do Estado", ratificadas pela Lei no. 6174, de 16/11/70, Vapítulos X e XI, que diz, respectivamente, respeito à PROMOÇÃO E ACESSO e que constitui um direito do funcionário e que foram postergados sem justificativa plausível, há mais de dez anos;

2a. — implantação, com máxima urgência, da "Contagem Recíproca do Tempo de Serviço", para efeito de aposentadoria, já tão decantada e prometida. — Ao conhecimento da Casa.

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos desta Casa, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. BENEDITO DOS SANTOS TEIXEIRA, ocorrido na data de 27 de julho p.p., nesta capital.

Sala das Sessões, em 03 de julho de 1977

(a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

São notórias as dificuldades que cercam a edição de livros no Brasil, presa que está a um círculo vicioso: lê-se pouco porque os livros são caros; são caros os livros porque são pequenas as edições.

Neste quadro, realça o mérito dos autores de ficção ou didáticos que conseguem romper as barreiras do anonimato e afirmar-se no mercado editorial, graças à qualidade de sua produção e o conteúdo da obra.

Com tais considerações, queremos formular requerimento de um voto de estímulo e congratulações ao escritor didático paranaense, ANTENOR BATISTA, um filho da cidade de Quitandinha que, graças aos seus livros, goza hoje de reputação internacional no campo por ele eleito, qual seja o do bem-estar físico, mental e intelectual do ser humano.

São quatro as obras conhecidas de ANTENOR BATISTA, todas elas com várias edições rodadas:

"Alimentação, loga e Psicanálise", "Tempo, Comunicação e Liberdade", "parapsicologia" e mais recente, "Relax, loga e Musicoterapia", título este já traduzido e editado na França.

A manifestação de apoio e congratulações desta Casa terá por efeito, certamente, estimular este autor paranaense a novas empreitadas, nesse esforço altruístico que faz para legar aos seus semelhantes métodos e experiências de vivência espiritualizada e sadia.

Sala das Sessões, em 03 de agosto de 1977.

(a) ERONDY SILVÉRIO

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, oficie-se ao Secretário de Estado da Educação e Cultura, Professor Francisco Borsari Neto, solicitando as necessárias providências no sentido de ser implantado um curso fundamental de 1o. grau de 5a. à 8a. séries, no Bairro do Atuba, Município de Colombo, para que sejam atendidos os estudantes da região que somam a quase três centenas, conforme levantamento anexo, feito pelo Conselho Comunitário da localidade, por iniciativa do Presidente Joaquim dos Santos Oliveira.

Sala das Sessões, em -02 de agosto de 1977.

(a) EZEQUIAS LOSSO

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Secretaria de Estado dos Recursos Humanos se encontra com suas instalações, localizada na rua João Negrão, esquina com a rua Sete de Setembro, nesta Capital, em um prédio edificado originalmente, para abrigar um estabelecimento hoteleiro.

Desde algum tempo, questionou-se a funcionalidade do local, pelas suas disposições internas, para servir a uma repartição pública, mormente, do porte de uma Secretaria de Estado.

Todavia, o titular daquela Pasta, por reiteradas vezes, pronunciou-se, até mesmo pela imprensa, afirmando a excelência daquelas dependências para a atividade inerente à sua Secretaria.

Em verdade, o local está alugado ao Estado e teve que passar por algumas remodelações, a modificações, para adequar-se às finalidades atuais. Isto custou, ou deve ter custado, considerável quantia de recursos, do erário público.

Agora, o Senhor Secretário dos Recursos Humanos, voltando a afirmar que "o edifício atual atende muito bem as nossas necessidades e apresenta todas as garantias de segurança" (O Estado do Paraná - 05/07/77), informa que aquela Pasta mudará sua sede em dezembro "mas não por falta de condições da atual".

Ora, o Estado investiu boa soma de dinheiro, certamente, para adaptar o atual prédio, de modo a torná-lo à gosto do Sr. Secretário, e em condições de funcionar e atender as necessidades.

Não se entende, portanto, que há tão pouco tempo utilizado, com dinheiro gasto e não recuperável, em próprio alheio, e servindo às finalidades da Secretaria, se deseje, sem outras considerações, abandoná-lo, trocando-o por outro que, mais

uma vez, exigirá novos gastos.

Acredita-se que o Governo deve, ao locar instalações para abrigar seus órgãos, levar em consideração todos os fatores capazes de influir na sua funcionalidade, de modo a retirar melhor proveito, inclusive, nos investimentos que as adequações exigem. De outro lado, por mais abastado que possa ser o Estado, por mais abarrotado que possa estar o Tesouro, há que se convir que os recursos são públicos e devem ser canalizados para atender as necessidades reais e prementes dos governados.

Não se informa, ainda, oficialmente, no novo local que abrigaria a nômade Secretaria dos Recursos Humanos, mas, oficialmente, se comenta que viria a utilizar a antiga sede da Secretaria da Educação e da Cultura, localizada na rua Ébano Pereira.

Ocorre que, as dimensões daquele antigo prédio se já não ofereciam condições de abrigar a Secretaria da Educação e da Cultura, quase certamente, não propiciará condições de pleno atendimento às necessidades da Secretaria dos Recursos Humanos, mesmo com as inevitáveis modificações e decorações que sangrariam, outra vez, os cofres públicos.

E, ainda, se deve levar em conta que no prédio da rua Ébano Pereira, estão instalados alguns órgãos da Secretaria da Educação e da Cultura que, além de exigirem, pelas suas próprias natureza e finalidade, um local central e compatível, pois são, extamente, os setores dedicados à cultura, se deslocados, requereriam novos gastos.

Confiando que o bom senso e a economia e a parcimônia, devem orientar as decisões dos titulares das Secretarias mencionadas, e que, apesar das informações já veiculadas, o assunto se esgote em mera especulação, em favor, principalmente, do povo do Paraná, e, para dirimir dúvidas, é que o Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, baseado nas prerrogativas constitucionais, requer as seguintes informações:

#### SECRETARIA DOS RECURSOS HUMANOS

1. Há quanto tempo se encontra instalada nas atuais dependências? (Desde que data, inclusive).
2. Serve o atual prédio às finalidades dessa Secretaria?
3. Quais os critérios que orientaram a escolha do local atual?
4. Quem é, ou quais são os proprietários do edifício locado, para abrigar essa Secretaria?
5. Qual o preço por que foi locado, com os sucessivos reajustes, se houveram, e os futuros previstos em contrato?
6. Qual o prazo pelo qual foi alugado e as possibilidades contratuais de prorrogá-lo?
7. Quanto, em cruzeiros, foi dispendido, até esta data, para instalar e funcionar essa Secretaria (compreende-se aí reformas, modificações, adaptações, decorações, etc., necessárias à adequação do prédio) e qual a previsão de gastos para novas e eventuais reformas?
8. Considerando-se as notícias de futuras transferências informar:

- a. Qual o novo local que viria sediar a Secretaria?
- b. É prédio do Estado ou a ser alugado?
- c. Em caso de locação, qual o seu valor previsto para a época da transferência e futuros reajustes?
- d. Em qualquer caso, quanto custaria em cruzeiros, a transferência (mudança, adaptação do novo prédio, móveis, etc.)

#### SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E DA CULTURA.

1. Essa Secretaria já teria — ou pensa fazê-lo — transferido à Secretaria dos Recursos Humanos prédio onde anteriormente funcionou, na rua Ébano Pereira?
2. Quais os órgãos que atualmente, funcionam no prédio da rua Ébano Pereira?
3. Em caso positivo, para que local seriam transferidos esses órgãos?
4. Os novos locais são de propriedade do Estado ou a serem alugados?

5. Qual o valor previsto para a locação, à época da transferência, bem como qual a previsão de gastos com a transferência?

6. Já se avaliou, em termos de produtividade, se a transferência viria a beneficiar tanto no aspecto funcional quanto no que respeita a atividade cultural?

Sala das Sessões, em 03 de agosto de 1977.

(a) ENÉAS FARIA

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado ao final assinado, usando de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, ouvido o douto Plenário, oficie-se ao Exmo. Sr. Jayme Canet Júnior, DD. Governador de nosso Estado, requerendo sejam enviadas a esta Casa, as seguintes informações:

1. Nos deslocamentos da sede do Governo para o interior, casos específicos das cidades de Francisco Beltrão, Campo Mourão e Umuarama, os convênios, licitações e autorizações para execuções de obras, referem-se à programação já constante no Planejamento Geral do Estado, com recursos previstos na Lei Orçamentária vigente?

2. Os recursos oriundos dos convênios firmados, são liberados imediatamente, isto é, ainda quando o Governo está instalado no interior ou os senhores Prefeitos deslocam-se até a Capital em seguida, para conseguir a liberação do numerário?

3. Em quanto montam as despesas com tais deslocamentos, informando específica e discriminadamente, por viagem quanto corresponde a cada Secretaria, Empresas de Economia Mista ou Autarquias Governamentais, bem como do Gabinete do Governador;

4. As despesas com publicidade, mensagens, transmissões por rede de Televisão e Rádio, quando da chegada do Senhor Governador a Umuarama, foram custeadas pela verba Orçamentária do Estado ou cobertas pelos Municípios da Micro-Região visitada?

5. Quais as novas obras planejadas ou executadas, fruto dos despachos governamentais no interior, que beneficiem diretamente os municípios, que anteriormente não contavam no Plano de Obras do Estado?

Sala das Sessões, em 03 de agosto de 1977.

(a) ANTONIO FACCI

### JUSTIFICATIVA:

Os deslocamentos da sede do Governo para o interior, apesar de não medida nova, é de fato necessário, desde que, indo ao encontro dos mandatários e líderes municipais, o chefe do Executivo Estadual atenda realmente às reivindicações interioranas, levando com sua presença não apenas o entusiasmo mas também concretizando reivindicações das comunidades menores de nosso Estado.

O que a nosso ver não se justifica, é cobrir-se tais deslocamentos com vasta e cara publicidade, transformando-os em verdadeiras concentrações político-partidárias, e não despachos administrativos.

Como o Poder Legislativo, diminuído pelo atual sistema, ainda detém (ao menos este) o poder de fiscalização, nada mais justo, diante das constantes interrogações feitas pelo povo paranaense, requerer ao Senhor Chefe do Executivo Estadual, que informe esta Casa e o Paraná da real finalidade e custo de tais viagens.

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, usando de suas prerrogativas regimentais, solicita de V. Exa., que após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente desta Casa ao Senhor Superintendente do IPE, Dr. José Maria de Azevedo, formulando apelo no sentido de que seja firmado um convênio desse

Instituto com uma unidade hospitalar do Município de Medianeira, para prestar assistência ao funcionalismo público estadual.

Sala das Sessões, em 03 de agosto de 1977.

(a) IVO THOMAZONI

### JUSTIFICATIVA:

Os funcionários públicos estaduais da região Oeste vêm tendo atendimento pelo seu instituto, IPE, nos Municípios de Foz do Iguaçu e Cascavel. Entretanto, Medianeira, face ao seu crescimento e progresso, oferece todas as condições para ser centro de atendimento médico-hospitalar à classe.

Uma vez realizado o convênio que se solicita, os funcionários não só de Medianeira, como de Céu Azul, Matelândia, Santa Helena e São Miguel do Iguaçu, terão melhores condições para tratamento médico-hospitalar, assim como suas famílias. Daí as razões do nosso apelo.

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, solicita de V. Exa., após ouvido o Plenário, o envio de um expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Estado dos Transportes, Dr. Osiris Stenghel Guimarães, encarecendo de S. Exa., seja determinado o revestimento asfáltico da estrada que liga o Distrito de Missal, à sede do Município de Medianeira.

Sala das Sessões, em 03 de agosto de 1977.

(a) IVO THOMAZONI

### JUSTIFICATIVA:

Considerando-se que a estrada que liga o Distrito de Missal no Município de Medianeira, a sua sede é desprovida de qualquer revestimento, e que seu tráfego é dos mais intensos, uma vez que interliga municípios e mesmo Estados da Federação, é que solicitamos do ilustre Secretário dos Transportes, seja determinado um revestimento asfáltico para aquela estrada, o que virá melhorar sensivelmente as condições de uso da estrada, além de permitir uma melhor conservação por parte da Prefeitura local.

Esperamos o apoio de nossos Pares a esta solicitação.

### PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI No. 99/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1o. Fica o Poder Executivo autorizado a criar a Universidade Estadual do Litoral, com sede na cidade de Paranaguá, e que manterá cursos nessa cidade e demais municípios do litoral e do Vale da Ribeira.

§ 1o. Integrarão a Universidade Estadual do Litoral, as seguintes unidades de ensino e pesquisa básicas, que ficam criados por desmembramento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá, que fica extinta:

I — Centro de Ciências Humanas que compreenderá os cursos de Licenciatura em Geografia e Licenciatura em História;

II — Centro de Letras que compreenderá os Cursos de Letras;

III — Centro de Ciências Exatas que compreenderá os Cursos de Licenciatura em Matemática e Licenciatura em Ciências.

§ 2o. Integrarão a Universidade Estadual do Litoral, as seguintes unidades de ensino profissional e pesquisa aplicada que ficam criadas:

I — Centro de Ciências Humanas Aplicadas, compreendendo o Curso de Bacharelado em Direito;

II — Centro de Educação que ministrará matérias pedagógicas aos cursos de Licenciatura e compreenderá o Curso de Licenciatura em Pedagogia.

§ 3o. Os cursos nomeados nos incisos dos §§ 1o. e 2o. deste artigo, já mantidos pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá, passarão a ser mantidos, sem solução de continuidade, pela Universidade Estadual do Litoral; os Cursos de Licenciatura em Geografia, Licen-



ciatura em Ciências e Bacharelado em Direito, ora criados, iniciarão suas atividades letivas no ano seguinte ao da sua criação.

Art. 20. A Universidade Estadual do Litoral será organizada como Fundação de Direito Público, com o nome de "FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO LITORAL".

Art. 30. A Universidade Estadual do Litoral terá autonomia didático-científica, financeira, administrativa e disciplinar, ressalvada a competência do Conselho Superior do Magistério, criado pela Lei no. 5871, de 06/11/68.

Art. 40. A Universidade Estadual do Litoral elaborará, com fundamento na Lei no. 6034, de 06/11/69, seu Estatuto e Regimento, observada a legislação federal e estadual, respeitados os seguintes princípios:

- I — unidade de patrimônio e administração;
- II — estrutura baseada em Departamentos, reunidos ou não em unidades mais amplas;
- III — unidades com funções de ensino e pesquisa, vedada a duplicação de meios para fins idênticos ou equivalentes;
- IV — plena utilização dos recursos materiais e humanos;
- V — universidade de campo de ensino e pesquisa, pelo cultivo dos ramos fundamentais do conhecimento humano puro ou aplicado;
- VI — flexibilidade de métodos e critérios com vistas a diferenças individuais dos alunos, peculiaridades regionais e possibilidades de combinação dos conhecimentos para novos meios e programas de pesquisa;
- VII — inclusão, nos cursos atuais e futuros de graduação, pós-graduação, sem prejuízo da universalidade, de temas ligados ao ambiente natural e humano, tais como: oceanografia, biologia marinha, ornitologia, marinha e tropical; geologia do pré-cambriano, mineração e metalurgia dos ferrosos; geomorfologia em clima tropical úmido; pré-história ligada à formação dos sambaquis, história dos períodos colonial e imperial, arquitetura colonial; direito marítimo e aeroviário, direito portuário e de transportes e cargas; merceologia de gêneros exportáveis, comércio exportador e importador, política cafeeira; cultivo das principais línguas utilizadas na comunicação internacional; medicina tropical; saneamento de baixadas, engenharia hidráulica, portuária e naval; agricultura, pecuária e silvicultura tropicais, indústrias florestais navegação, urbanização e turismo; pesca e preservação do meio ambiente em terra e no mar, podendo, tais temas, constituir: cursos, disciplinas, tópicos de programa de disciplinas que os abranjam ou com eles se relacionam ou ainda objeto de projetos de pesquisas ou de convênios Universidade-Empresa.
- VIII — manutenção, pela Universidade Estadual do Litoral, de seção de estatística educacional tecnicamente vinculada à seção correspondente da Superintendência do Ensino Superior da Secretaria de Educação e da Cultura;
- IX — Expansão da Universidade Estadual do Litoral em instalações, equipamentos, vagas, cursos e novas unidades atendendo às prioridades recomendadas no Plano Estadual de Educação tendo em vista a demanda de professores para o ensino estadual de primeiro e segundo graus e de profissionais de nível superior;
- X — adoção de sistema próprio de classificação de funções e regime de titulação pautado sobre os do sistema federal;
- XI — matrículas centralizadas por disciplinas;
- XII — publicação do número de vagas dois meses, no mínimo, antes dos vestibulares;
- XII criação parcimoniosa de unidades, serviços ou atividades novas, devendo processar-se sempre que possível, o aproveitamento dos recursos humanos e materiais existentes, só recorrendo, excepcionalmente, à criação de novas unidades.

Art. 50. — Os níveis de salário da Fundação Universidade Estadual do Litoral, na parte paga pela verba do Estado, serão os do quadro próprio ou de outras fontes, seguindo-se, no que for aplicável, o sistema federal de tempo estendido, tempo integral e dedicação exclusiva.

Parágrafo único — A admissão de professores pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho, far-se-á observados os requisitos de titulação fixados para as classes correspondentes da carreira.

Art. 60. O patrimônio da Fundação Universidade Estadual do Litoral, será constituído:

- I — de auxílios e doações que lhe fizer o Estado;
- II — dos bens e direitos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá, à qual sucede;
- III — dos prédios, edifícios e instalações e equipamentos pertencentes ao Estado, com que funciona a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá;
- IV — das dotações que lhe forem concedidas pelo poder público federal, estadual ou municipal e pelas autarquias;
- V — de auxílios, doações, legados ou outros benefícios que lhes sejam feitos por pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado interno ou externo;
- VI — das dotações orçamentárias da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá, a que sucede, inclusive as de exercícios findos;
- VII — do resultado de contratos de convênios, do produto de suas atividades, da renda de seu patrimônio, bem como de outras fontes de rendas;

Art. 70. Os recursos obtidos de anuidades e taxas pagas pelos estudantes bem como da restituição de valor de bolsas e financiamentos, na forma da recomendação do Art. 176, da Constituição Federal serão, prioritariamente, destinados à concessão de bolsas a estudantes que delas necessitem.

Art. 80. A Fundação Universidade Estadual do Litoral, visando a dinamização dos cursos existentes ou criados pela presente Lei e a implantação e desenvolvimento de outros que venham a criar-se, estabelecerá entendimentos com os municípios de sua área geo-escolar bem como com instituições, entidades e empresas públicas e privadas vinculadas a objetivos compatíveis com os da Universidade.

Art. 90. Em vista do disposto no Art. 11 e no inciso 6 do Art. 14 da Lei no. 6034, de 06/11/69, fica criada a Comissão instituidora da Universidade Estadual do Litoral, para promover as medidas de implantação da Universidade Estadual do Litoral, e gerirem-na, PRO-TEMPORE, até a posse de seu primeiro Reitor e do Conselho de Curadores, composta pelos professores: Verner Artur Conrado Barthelness, Pedro Ivo Laffite Rocha, Vidal Vanhoni, Leônidas Boutin, Hugo Pereira Correa, Rachel Pereira da Costa e Alcione Correia de Freitas.

Art. 10 Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03 de agosto de 1977.

(a) ACCIOLY NETO

#### JUSTIFICATIVA:

O presente Projeto de Lei visa a instituir a Fundação Universidade Estadual do Litoral, levando-se em consideração que a valorização do homem pela cultura deve ser a meta básica de todo o Governo de uma nação.

A implantação de Universidades em regiões cuja expressão sócio-política o justifique e que apresentem o requisito prévio de um adequado amadurecimento cultural, consistem no objetivo dessa elevada forma de institucionalização.

A região formada pelo litoral de nosso Estado, em conjunto com o Vale da Ribeira, igualmente litorâneo, preenche os requisitos para que tal Fundação possa existir, tendo-se em vista o quadro natural e peculiar, diferenciando-se do restante do terri-

tório do Estado, rico em potencialidades quanto a valores minerais, hídricos e paisagísticos, possui sedimentação cultural tricentenária, como CÉLULA MATER de nossa formação histórica, além de ser expressão econômica como porta do mar e terminal do corredor de exportação.

São essas as razões que nos levaram a apresentar o presente plano de Lei que, esperamos, contará com a aprovação desta Assembléia Legislativa.

# PROJETO DE LEI NÚMERO 100/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## DECRETA:

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Renascença, com sede na cidade do mesmo nome.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03 de agosto de 1977.

(a) IVO THOMAZONI

## JUSTIFICATIVA:

A entidade que se propõe seja declarada de utilidade pública tem por finalidade a proteção e assistência à maternidade e à infância, zelando pelo bem-estar e saúde da criança e da gestante.

Suas atividades são de caráter estritamente filantrópico, servindo desinteressadamente à comunidade na solução do angustiante problema da mãe e do menor desamparado.

Sua diretoria não é remunerada e seus estatutos (em anexo) estão devidamente registrados.

Justo que o poder público lhe outorgue a declaração de utilidade pública, habilitando-a a usufruir dos benefícios legais decorrentes.

Esperamos o apoio de nossos Pares e esta nossa proposição.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Deni Schwartz.

O SR. DENIS CHWARTZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Num País onde se tem medo da palavra, num País onde se cassa, com medo da verdade, onde não se respeitam os direitos humanos, nada mais do que o Presidente de uma autarquia também não respeitar a Assembléia Legislativa.

Como este Deputado não teve a honradez receber resposta de um requerimento votado por unanimidade nesta Casa, da COPEL, requerimento feito no início do mês de maio — o que aliás já se transformou em praxe neste Estado, não se responder o que a Assembléia quer saber — nós temos que nos basear naquilo que os boatos propalam, naquilo que a imprensa noticia, naquilo que nós ouvimos falar.

Venho a esta tribuna, Sr. Presidente, para que fique nos Anais desta Casa a definição de responsabilidades, pois, leio, no editorial do jornal "O Estado do Paraná" de hoje, afirmações do Sr. Arturo Andreoli, digno Presidente da COPEL, sobre o problema de eletrificação rural.

Afirma o editorial:

"A COPEL, cujo Presidente admitiu publicamente que, está retendo a documentação das cooperativas".

Espero que este mesmo Presidente não esteja retendo as informações solicitadas por este Deputado!

Mas diz também este editorial que:

"O Presidente da Companhia de Energia Elétrica declarou recentemente, a "O Estado", não acreditar em eletrificação rural exclusivamente por intermédio de cooperativas."

Muito bem, Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Venho a esta tribuna, para responsabilizar o Presidente da COPEL pela existência neste Estado, de cooperativas de eletrificação rural, e, se elas fracassaram, ele deve admitir que o

fracasso também é da COPEL.

Sr. Presidente — já como Deputado, fui solicitado pela COPEL, para gestionar junto à população rural de Francisco Beltrão, para aceitar as condições que a COPEL propunha para lá se instalar a cooperativa hoje existente; funcionários da COPEL percorreram este Estado, gastaram dinheiro para provar que, a única solução para a eletrificação rural seria através de cooperativas. E agora, segundo se anuncia — são os boatos, não tive a felicidade de receber resposta por escrito — a COPEL vai, a fundo perdido, empregar recursos na eletrificação rural, entre cooperativas.

Creio que estou autorizado, se tal fato for confirmado, ir àquelas pessoas a quem me dirigi solicitando apoio à COPEL, e dizer a elas que não paguem suas prestações pois, se a fundo perdido hoje se fará a eletrificação, como ficarão aqueles que se submeteram às condições estipuladas pela COPEL?

Como fui um dos homens neste Estado, que solicitou às lideranças do Interior que aceitassem aquelas condições, hoje me sinto em condições de imputar a responsabilidade do fracasso das cooperativas — se é que houve — exclusivamente, àqueles que as montaram, àqueles que, praticamente as dirigiram: os homens da COPEL.

De outra parte, Sr. Presidente, fui informado, não oficialmente mas, são os boatos, que se está imputando o fracasso das cooperativas a desvios de recursos de uma cooperativa — a Cooperativa de Marechal Cândido Rondon. Ao invés de se investigar, ao invés de se punir, se procura desmerecer o movimento cooperativista, como um todo.

Finalizo, Sr. Presidente, para dizer que esta Casa deve estudar bem este problema, pois os fracassos, assim como as vitórias, estas tão decantadas, também os fracassos devem ser admitidos e, neste caso, se fracasso houve, ele é de responsabilidade da própria COPEL. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, inscrito.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Venho a esta tribuna para manifestar, num gesto de defesa, a estranheza pela notícia, dada como entrevista do Deputado, ilustre representante de Nova Aurora e de Corbélia, além de outros municípios, dada à "Gazeta do Povo".

Primeiro, porque acusa-me de fazer movimento contra a Prefeitura de Cascavel, Prefeitura e Prefeito que tenho, até por comportamento, um distanciamento compatível pela desinteligência do modo de ser como pessoa e como cidadão.

Segundo, porque parece pretender falar em nome de Cascavel, justamente pelo fato de carecer autoridade eleitoral perante aquele povo, já que dele não é representante e, sim, de municípios vizinhos.

Entendo que o propósito seja fazer a defesa do atribilário Prefeito, que já conseguiu se atritar, não com o MDB que tem se comportado condignamente naquela Câmara mas, sobretudo com a grande ala representativa do seu próprio Partido — a ARENA. O ilustre Deputado e, eminente Deputado amigo, alude ainda aos resultados eleitorais de 76, que tenho saudosa memória, o que não passa de um primarismo, como ele mesmo afirma, que confunde o comportamento dos homens públicos. Tenho criticado o Prefeito e Vice-Prefeito, nos últimos dias e, somente nos últimos dias, mas no sentido respeitoso e voltado para a preservação da ordem social e política do meu município. Jamais alguém pode me acusar de estravar máguia por não ter sido eleito à Prefeitura cascavelense, como quer fazer entender o ilustre Deputado.

Há uma grande confusão entre o real e o fictício, meu nobre Deputado.

A vitória do Prefeito, como diz V. Exa. e o jornal, não sei

realmente, teve participação direta tanto do Governo Federal, como do Governo Estadual, que lá estiveram com um volumoso aparato nas ante-vésperas das eleições e nunca fiz alusão a esse fato, nesta Assembléia, buscando quem sabe, apoio para o atual e pretensão proprietária do Poder Municipal. E quem reclama não sou eu, Deputado. Quem reclama é o povo de Cascavel. Eu não sou o povo; eu sou parte do povo de Cascavel, que alude a distribuição de cobertores, de leite, de mantimentos, de arroz, de remédios e de tantas outras mazelas. Não sou eu quem acuso. É a conversa que andou e anda em Cascavel, na busca, quem sabe, objetiva do aliciamento do voto.

Ocorre que o defensor do Prefeito não parece ser o Deputado, porque conhecendo-o como conheço, custaria a mim crer que tais palavras fossem integralmente suas. Tanto o Deputado, como quem dele se serviu sabe a que me refiro.

Por outro lado, não esconde o momento difícil daquela administração municipal e fala que lidero a bancada do MDB quatro Vereadores da ARENA, porém sou humilde demais e V. Exa. me conhece; humilde demais para conseguir reunir tão grande empresa. O que mais me surpreende é a ignorância dos fatos por parte desse nobre Deputado, ou quem sabe busca o refúgio da peneira para tapar o sol. Acusa-me também de não gritar contra o aumento dos impostos de outros municípios, porém responde que as comunas citadas por ele estão muito bem representadas nesta Casa, e pelo MDB, como é o caso de Guarapuava, de Maringá e de Londrina, aludido naquele jornal. Que não agiram em desrespeito ao povo aqueles seus alcaides, como ocorre no caso de Cascavel.

Custa-me, por isso eu me esforço para falar pelos municípios que represento e os seus problemas me bastam para o desempenho nesta Casa. Ademais, quero deixar claro que o atual Presidente da ARENA, egresso do MDB onde se serviu da legenda para disputar a Prefeitura em 1968 e que justificou a sua retirada da agremiação a este Deputado, porque sofria pressão do governo através de fisco e hoje confessa-se compensado da troca, e não esconde o crescimento da sua empresa, dizendo trabalhar em paz.

E terminando, Sr. Presidente, ontem à noite, esse mesmo presidente arenista criou sério tumulto na hora do término da sessão da Câmara, chegando ao cúmulo de agredir o comerciante Mário de Oliveira, marido de uma Vereadora de Cascavel, a única mulher representante no Legislativo. E o pior, chegou à Delegacia de Polícia para pedir a sua prisão, quando na verdade quem deveria ir preso seria o Presidente da ARENA. E mais ainda, o fato se deu na sala do MDB, a quem não fora convidado para ali adentrar.

Expôs-se assim aquele homem a um terrível vexame perante a opinião pública e perante os fatos. O clima de terror está instalado em Cascavel e precisa por termo a esta desordem política e social.

De minha parte, eminente e ilustre Deputado que tem sido e continuará sendo eu creio, meu amigo pessoal. De minha parte tenho pedido calma e ponderação, mas reconheço as minhas limitadas possibilidades de colocar termo àquela desordem. E peço a V. Exa. e ao Governo que procurem estabelecer um clima de paz em Cascavel, porque não é possível uma população, em cuja maior parte, 80 por cento da população é composta por operários que não conseguem pagar o absurdo dos impostos. E saiba V. Exa. que em Campinas, Estado de São Paulo, onde tem um ex-Deputado Federal, Prefeito daquela cidade, o imposto é feito da mais estrita justiça, e a incidência está a nível de possibilidade do seu pagamento.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nunca em nenhuma oportunidade da história deste País, houve tantas e tantas denúncias, sobre fatos administrativos

como tem ocorrido nestes últimos dez anos.

E revendo hoje, fotocópia de uma publicação da "Folha de Londrina" de 27/11/75, encontramos uma denúncia feita pelo Prefeito de Curitiba, Saul Raiz, no qual diz o jornal:

"O DNER foi acusado pelo Prefeito Saul Raiz, de empregar nas obras da BR-116 (trecho urbano) as verbas destinadas, pelo fundo PROGRESS, à construção da Avenida das Torres, importante via de ligação com São José dos Pinhais. Raiz afirmou que ficou surpreso quando foi ao DNER e descobriu que a quantia que cabia à obra da Avenida "está sendo consumida" para outros fins."

Após denunciado pelo Prefeito de Curitiba, o fato de que havia se procedido desvio de verbas naturalmente, de montante extranodinário, Sr. Presidente, Srs. Deputados, porque envolvia um dos maiores convênios estabelecidos até hoje, DNER, DER, Prefeitura de Curitiba, Prefeitura de São José dos Pinhais.

Houve então uma mutação e eu me lembro perfeitamente, que no início de 1976, as obras eram iniciadas.

Entretanto, estas obras paralisaram e estão paradas e o local onde parou? Sr. Presidente, Srs. Deputados. Parou em frente ao frigorífico da Paraná Pecuária. É um grupo conhecido e reconhecido como participante do governo e do Poder no Paraná, esta obra que tinha uma previsão programada para quatro pistas e onde se via também a construção de quatro pontilhões, se transformou em apenas duas pistas. E nenhum pontilhão foi construído; nas passagens estes viadutos foram substituídos por sinais perigosos.

Está aí na vista de todos os Srs. Deputados, de todo o povo de Curitiba, que a cada passagem destes locais muitas vezes, os que daqui para São José dos Pinhais vão, ou os que de lá para Curitiba vêm, chegam a parar em até 30, 40 minutos para poder obter a travessia necessária. Uma espécie de corrupção denunciada pela mesma família mandante e mandatária deste Estado, coadjuvada como os mandantes e mandatários deste País; e que se concretiza com favores e favoritismos, ao mesmo grupo todo poderoso que em consequência empobrece o Paraná; empobrece o Brasil e desenobrece a Nação. Enquanto o Poder, se desgasta no tempo para cassação de mandatos, porque não é feita a contestação, os poderosos se absorberam deste Poder, para participarem das constantes negociatas e se servirem e se locupletarem com a economia do povo; que tanta falta tem feito ao povo e faz, a cada dia que passa.

Aí está, Sr. Presidente, Srs. Deputados. Não uma denúncia da Oposição; está a denúncia do Sr. Prefeito de Curitiba, efetuada e publicada pelos jornais; pela "Folha de Londrina", em 27/11/75. Lá está a Avenida Paraná, as portas da Paranapecuária, servindo ao grupo do Sr. Afonso de Camargo Neto; servindo à ARENA do Paraná, se locupletando com a economia do povo. E se servindo desta economia que tanta miséria tem trazido ao povo do meu Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Encerro. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Ernesto Dal'Oglio, inscrito.

O SR. ERNESTO DAL'OGGIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupamos hoje a tribuna para divulgar notícia da "Tribuna do Oeste", jornal da minha cidade, com o seguinte título: "A MACONHA CORRE SOLTA EM TOLEDO."

"O atual desenvolvimento brasileiro é também o desenvolvimento da marginalidade social.

Em todas as cidades de todos os Estados encontramos problemas novos gerados pelo tipo de desenvolvimento que está sendo realizado.

O que preocupa e assusta não é que se pague um preço pelas transformações econômicas e sociais no caminho do progresso. Então, é inevitável que nos deslocamentos dos homens



em busca do trabalho e do bem-estar nem sempre a organização e o assentamento predominam. As novas iniciativas econômicas, os novos polos de desenvolvimento atraem as pessoas que buscam novas oportunidades de trabalho e de vida.

O que deve constituir nossa preocupação hoje é que o êxodo e as expulsões de massas trabalhadoras, juntamente com os acenos de Eldorados levem para certas áreas massa de problemas urbanos que não são controlados; e, especialmente, problemas sociais graves.

Nas regiões de fronteira do Paraná sempre existiram problemas específicos de limites internacionais. Mas, os problemas eram pequenos nas comunidades predominantemente agrícolas, com vida urbana limitada.

Com a construção de Itaipu, também os municípios vizinhos passaram a se integrar indiretamente não nos benefícios do novo polo mas nos problemas por ele gerados.

Toledo começa a não poder controlar as visitas indesejáveis. Cresce a atividade marginal, não só vinda através de emissários marginais mas estimulando e aliciando no lazer aqueles setores sociais ainda indecisos, confusos na expectativa do futuro.

É muito comum a solicitação de ações enérgicas por parte das pessoas do interior. O pedido de ação policial, para conter o aumento de criminalidade, com ações preventivas em relação ao aumento de desocupados.

Não temos ainda, propriamente, esse tipo de problemas de desocupados. Ao contrário, Toledo ainda está marcada pelo trabalho intenso, pelo espírito pioneiro de construção.

Mas não poderíamos nos manter inteiramente fora da corrente que se reforçou a partir da construção do polo de Itaipu. Toledo fica no itinerário das atividades econômicas e sociais de toda a fronteira do Paraná, e isto é um bem. Mas, nessa corrente há também a passagem e a influência de tipos marginais. Já existe, nos círculos sociais responsáveis de Toledo, preocupação a respeito do que se poderia chamar a "farmacopéia do crime", tanto os usos e costumes da ansiedade etária dos jovens ainda não bementrosados na estrutura social, como a iniciação a práticas que atentam contra o indivíduo e a sociedade, degenerando-o e fazendo-o elo de ligação a outros, em cadeia crescente.

E então fazemos um apelo à Secretaria de Segurança Pública: não desejamos que nosso município seja alvo de ações espetaculares de política. Pois que essas ações revelam muita semelhança com a própria atividade marginal, pelo estilo e os métodos. Não desejamos a presença agressiva da polícia, pois que o assunto a que nos estamos referindo é muito mais de ação social e preventiva.

O que desejamos é que o setor responsável do Estado designe pessoa qualificada para que estude conosco, com as lideranças sociais de Toledo, a situação, de modo a prevenir que um problema ainda em início possa ser enfrentado com realismo e praticidade, com a especificidade que o caso requer.

Alertamos nossa disponibilidade para trabalhar em favor de nossos municípios, mas fazemos a reserva de que não desejamos o tipo de repressão que marca também, muitas vezes, a ação anti-social do aparelho policial.

Acreditamos que é necessário e possível realizar um trabalho lúcido e coerente, sem aquela marca abusiva da polícia.

Esperamos uma iniciativa de parte da Secretaria de Segurança Pública do Estado, para realizar em conjunto o tipo de trabalho que todos os municípios realmente estão precisando, quaisquer que sejam seus problemas de segurança social. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fuad Nacli.

A Presidência pede desculpas ao Deputado Fuad Nacli mas, com base no que preceitua o § 4º do artigo 20, do Regimento Interno, a não ser que algum Deputado ocupe a segunda Secretaria, a Mesa se verá na contingência de suspen-

der os trabalhos.

(Pausa).

A Presidência agradece a atenção do Sr. Deputado Gabriel Manoel e concede a palavra ao Sr. Deputado Fuad Nacli.

O SR. FUAD NACLI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não estávamos inscritos para falar hoje, mas não podíamos deixar de vir à tribuna para dar esclarecimentos aos nobres colegas desta Casa e ao povo do meu Estado, sobre a notícia da "Gazeta do Povo", divulgada em data de hoje.

Quero dizer ao ilustre Deputado representante de Cascavel, meu amigo Fidelcino Tolentino, que foram exclusivamente em parte de minha autoria as declarações. Não tenho vinculação com o Prefeito Municipal daquela cidade, não represento Cascavel aqui nesta Casa para defender o Sr. Jacy Scamagatta, nem aquela Prefeitura.

E ontem, na hora em que passava num corredor desta Casa, vi o Deputado Tolentino conversando com a repórter D. Regina, d' "O Estado" e eu também tive oportunidade de conversar com essa repórter e com o jornalista Messias, conhecido por todos nós e também, mais tarde, falei com o jornalista responsável pela coluna da "Gazeta" Emir Isfer, sobre Cascavel.

Disse-me esse jornalista que eu podia falar sobre Cascavel, porque todos que aqui estão sabem que este é o terceiro mandato que ocupo nesta Casa. Já representei Cascavel e tenho o senso de responsabilidade para não criticar aqueles que sempre me trataram muito bem.

O Sr. Deputado Tolentino me conhece e todos os Deputados do MDB sabem da maneira com que conduzo a política nos municípios que aqui represento.

Mas quero dizer que o Prefeito de Cascavel tem, em grande parte, feito uma boa administração, tem procurado administrar o município com dignidade e honradez — não estou aqui para defendê-lo. E jamais alguém poderá dizer que Jacy Scamagatta não seja um homem correto, um homem que saiu da lavoura, humildemente e que, hoje, representa aquela cidade.

Não estou aqui querendo fazer média para com a população de Cascavel. Mas, ontem, quando havia tumulto na Câmara Municipal daquela cidade, recebia, em minha casa, telefonemas colocando-me a par dos acontecimentos.

Sabe o Sr. Deputado Tolentino que minhas amizades, em Cascavel, são muito mais com elementos do partido da Oposição do que com elementos da Situação. Mas, ainda durante minha última visita àquela cidade, estivemos — minha filha e eu — num casamento juntamente com o nobre Deputado e sua esposa, conversando numa mesa, a respeito de Cascavel.

Quem conhece Cascavel de hoje e de três anos atrás, sabe muito bem que houve um progresso gigantesco. Ontem, ainda fui procurado por um cidadão, que não quero declinar o nome, reclamando sobre ocorrências naquela cidade. E eu disse àquele cidadão que trouxesse a esta Casa um representante que viesse, que pudesse, defender Cascavel. Achei apenas que estaria cometendo uma injustiça se não desse aquela entrevista à "Gazeta". Mas, é lamentável que o repórter aqui não esteja, porque o que eu disse foi, em parte cortado, em parte, aumentado.

Mas, na verdade, o atual Prefeito tem feito muita coisa. Descontentado alguns, mas a maioria dos comerciantes que têm me procurado dizem que os terrenos, da Avenida Brasil, cotados por 100 mil cruzeiros, valem, hoje, 4 a 5 milhões de cruzeiros.

Disse ainda àquele repórter que voltava satisfeito da visita que fiz ao Interior, porque percorrera não apenas o município mas também o distrito, e todos estão satisfeitos com a administração de Jayme Canet Júnior. Procurei saber a opinião do povo, de um por um, porque venho muito pouco a esta tribuna.

Hoje vemos, nesta Casa de Leis, um Vereador do município de Nova Aurora, cidade que represento e sabe muito bem da minha atitude naquela cidade. Reuni-o com os 4 vereadores,

representantes daquele município, para que houvesse uma administração sadia e em paz.

Mas pedindo a eles que sempre continuassem dentro de sua orientação partidária.

Arnaldo da Costa Faria aqui está presente. Lá estive mais de uma semana percorrendo todo os distritos. Jamais procurei sequer falar de um colega meu. Não só daqui da tribuna, como lá fora, porque quando eu criticar um Deputado estarei criticando a mim mesmo.

Mas nós precisamos dizer a verdade porque não adianta vir aqui prometer o "mundo e o fundo" e lá no Interior dizer que vamos fazer milagres, e não realizamos nada.

O que precisamos é dar um maior conforto àqueles homens que votaram em nós para os representar nesta Casa.

Sr. Presidente, nós estamos aqui hoje para dizer mais ao Deputado Fidelcino Tolentino, que consideramos não como um Deputado Estadual mas, antes de ser um Deputado ele sabe perfeitamente que na campanha de Cascavel eu não participei nem de um lado nem do outro. Jamais subi em um palanque às vezes que passei em Cascavel para defender a candidatura dos nossos companheiros arenistas. Em função da amizade que me prende à sua família e da sua família à minha, mas com respeito à dignidade vamos construir o Paraná sem criticar e sem desmoralizar. Aqueles que estejam errados, vamos procurar fazer com que eles façam o certo.

Mas, Cascavel é uma cidade que cresce. E na sua administração amanhã os Srs. poderão ter a prova. Porque eu não vou voltar a esta tribuna para defender Jacy Scanagatta, absolutamente. Mas voltarei se necessário for, se fizerem acusações, seja a Jacy Scanagatta, seja a Antônio Belinatti de Londrina, seja a outro Prefeito qualquer. Quando disse a ele disse que eu estaria falando em nome de Maringá e de Londrina, eu quando disse ao repórter Emir, o fiz porque queria citar que tenho cinco lotes em Formosa e houve uma correção em mais de 300 por cento em certas partes e, em outros lugares, de mais de 1000 por cento.

Paguei os impostos, e eu pagava uma importância de cento e poucos cruzeiros, paguei cinco mil e tantos cruzeiros. E esta correção não foi só em Cascavel. Nós precisamos notar e não queremos dizer que V. Exa. esteja falando que estou liderando a bancada da ARENA. Porque jamais acreditarei que a nossa amizade será liderada pela nossa amizade.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — (Faz soar os tímpanos)  
O SR. FUAD NACLI — E bem serão liderados os arenistas de Cascavel por V. Exa.

Se necessário for, nós voltaremos a esta tribuna com documentação suficiente para provar, porque eu tenho amigos em Cascavel. Ontem me telefonaram cinco pessoas, entre elas, três da Oposição e duas da Situação.

Quero dizer que a situação é grave. Houve de fato um tumulto e uma ameaça de prisão. Isto é desagradável a uma cidade como Cascavel. Desagradável ao Poder Legislativo, aos Srs. Vereadores daquela Casa.

Quero dizer também que nos meus municípios, temos nos deslocado com sacrifício de nossa saúde para trazer a paz e a harmonia. Mas não vim à tribuna para criticar, desmoralizando os nossos companheiros e nem os nossos adversários.

Queremos dizer ao Sr. Presidente, das nossas escusas ao Deputado Fidelcino Tolentino.

Li hoje o jornal a "Gazeta do Povo" e, quero confessar, infocou uma coisa a mais, que ele não deveria ter dito, e, se for necessário voltarei a dizer "não sou de Cascavel, sou de outra cidade", e que ele focalizou um problema a mais em Cascavel. Quero confessar que, de fato, as perguntas dele faziam referências àquela cidade. Não quero fugir à responsabilidade e nem quero dizer que o repórter seja o único responsável pela matéria, absolutamente, e, nem quis dizer que V. Exa., sozinho, teria tumultuado, mas, faz parte do grupo que também tumultua

a Oposição junto ao Prefeito de Cascavel.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência tem a satisfação de registrar a presença neste Plenário, do Sr. Arnaldo Costa Faria, digníssimo Vereador de Nova Aurora.

Concedo a palavra, ao Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Fomos colhidos de surpresa com o pronunciamento do nosso ilustre companheiro, Deputado Lúcio Machado, quando criticou, Sr. Presidente, quando criticou, povo do Paraná, quando criticou, povo da cidade evoluída de São José dos Pinhais, quando criticou uma empresa que vem carreando impostos, que vem pagando os seus impostos em dia, somente pelo crime, Sr. Presidente, de ter como um de seus sócios, o nosso digno Presidente da ARENA, descendente de uma tradicional família paranaense.

Queremos dizer a V. Exa., ilustre Deputado, que, naquela via de acesso, necessária para o eixo de ligação entre Curitiba e São José dos Pinhais, existem diversas empresas que pagam seus impostos, diversas empresas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que não pertencem ao nosso digno Presidente da ARENA, Dr. Afonso de Camargo Neto, como eu disse, de ilustre e tradicional família paranaense.

Não vemos razão, Sr. Presidente, para vermos o nosso Presidente criticado, injustamente.

Quando é feita uma crítica infundada, quando é feita uma crítica destrutiva, só podemos analisar e pensar que está sendo feita uma crítica bitolada para atingir pessoas honestas, pessoas honradas, pessoas de tradição no comércio de Curitiba e do Paraná que pagam os seus impostos em dia, como está sendo feita ao nosso Presidente da ARENA, por fazer parte de um complexo que vem engrandecendo a nossa Capital e que, por isto, seria crime passar uma via de ligação interligando Curitiba ao grandenúcleo de São José dos Pinhais.

É com esta crítica que não concordamos e é esta crítica que não podemos assimilar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, feita somente pelo fato de ser, o nosso Presidente arenista, homem honrado, sócio daquela firma.

Talvez fuja ao raciocínio do ilustre Deputado, que, não é possível nem admissível o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem fazer exclusivamente uma estrada interligando dois municípios, justamente para beneficiar o frigorífico de A, ou de B; os benéficos, Sr. Presidente, os benéficos, Srs. Deputados, são dirigidos exclusivamente aos núcleos industriais da grande cidade de São José dos Pinhais, no eixo que liga Curitiba àquela cidade.

Eu faria uma pergunta ao nobre Deputado: se é, aquela, a única e exclusiva indústria existente naquela rodovia. Como sabemos não ser isto correto, por que então não dizermos que esta crítica seria contra o progresso, porque o ilustre Deputado Lúcio Machado, o grande acadêmico, o extrovertido Deputado não citou as demais indústrias. Talvez, por não conhecer aquela rodovia, talvez por não ter conhecimento se lá existem ou não outras indústrias, outros estabelecimentos comerciais naquela região, região que liga a cidade de São José dos Pinhais.

Estaríamos nós os Deputados da ARENA e do MDB contra São José dos Pinhais, contra o progresso pelo simples capricho de procurarmos tripudiar sobre o grande Presidente arenista que vem trazendo a nossa agremiação, pautando com tranquilidade, utilidade e respeito para a Oposição e, é por isso que eu pediria a V. Exa., o acadêmico de Direito, estudando Direito Penal, folheando Pontes de Miranda e outros ilustres causídicos, que pensasse e raciocinasse, ao invés de atirar as pedras sobre os arenistas; devíamos colhê-las para construir as grandes estradas paranaenses e o progresso de nossa terra e de nossa gente.

E, é por isso, como arenistas autênticos, não podemos ver



o nosso Presidente, pelo simples fato de ser trabalhador honrado, cumpridor de seus deveres, industrial de gabarito, que paga seus impostos, ser tripudiado, colocado à execração pública, por falta de bitola, por falta, muitas vezes, de responsabilidade de Deputados que não querem outra coisa a não ser achincalhar, enxovalhar o respeito humano e a dignidade do nosso povo.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato). — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado José Domingos Scarpelini.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Esta Casa, representativa da opinião do povo paranaense; esta Casa que é a soma da vontade do povo do Paraná; que tem neste Poder os legítimos representantes, eleitos pela vontade soberana do povo do Estado, esta Casa de Leis foi ofendida e ultrajada, no último domingo, em Jandaia do Sul.

E, nós, eu, como Deputado, envolvido, maldosamente, por elementos da imprensa do Norte do Estado, por elementos tendenciosos que procuraram, mais uma vez, denegrir a nossa imagem junto ao povo paranaense, fomos envolvidos em um caso que não envolve, simplesmente a pessoa do Deputado, a nossa pessoa mas, envolve o Poder Legislativo do Paraná e, por isso, usamos da tribuna, nesta hora, para esclarecer aquilo que, realmente, aconteceu, no último domingo, na cidade de Jandaia do Sul, quando nem lá nos encontrávamos, pois estávamos em viagem na cidade de Manaus, capital do Amazonas.

Domingo, o Apucarana Atlético Clube, agremiação que eu sou Vice-Presidente e que meu irmão é Presidente da Comissão de Construção do Estádio Paulo Pimentel, jogou em Jandaia do Sul.

Para tristeza da torcida apucaranaense e da torcida do Jandaia, o pior aconteceu naquela cidade.

Encontrava-me em Manaus e pedi à Assembléia Legislativa do Estado que mandasse o carro da Segunda Secretaria para Londrina, onde deveria chegar no domingo. E por chegar atrasado no aeroporto de Manaus, na madrugada de domingo, eu só pude sair na parte da tarde. E quando cheguei em São Paulo telefonei para Apucarana para saber o que havia acontecido, para saber o resultado do jogo. E tive a triste notícia de saber que o carro da Assembléia do Estado que foi ao aeroporto de Londrina me buscar na parte da manhã, e como eu não havia chegado, regressou para Apucarana e de Apucarana, em companhia do meu irmão, Vereador em Apucarana, em companhia de Nelson Pescuma, atleta do Apucarana e de mais um jogador do Apucarana, o carro foi para Jandaia.

E ao terminar a contenda, partida esta tumultuada, várias vezes inclusive com a entrada do Prefeito em campo ameaçando até o próprio juiz, instigando a torcida que já é inflamada, e a falta de policiamento no Estádio concluiu com um quebra-quebra. E ao final, elementos desconhecidos até o presente começaram a atirar pedras no carro da Assembléia Legislativa, mais propriamente no carro da Segunda Secretaria. Pedra, pauladas e o motorista daquele carro, na defesa de um próprio, entrou dentro do carro, pegou a arma e disse que se continuassem atirando pedras ele iria dar um tiro. Como continuaram atirando pedras, ele atirou para o chão. Foi quando aqueles danificadores correram. Entretanto, aí chegou a polícia. Prenderam o motorista e mais um Assessor meu de Gabinete. Levaram-nos para a Delegacia e deixaram abandonado o carro, esquecendo de proteger o patrimônio público. Foi onde dois elementos de Jandaia pegaram um paralelepípedo e jogaram no pára-brisa do carro, quebrando o pára-brisa e os bancos internos, inclusive do carro.

E a polícia que deveria ter recolhido o carro junto com o motorista compareceu ao local apenas três horas e meia depois, por solicitação minha feita via telefônica de São Paulo para a Delegacia de Jandaia.

Depois recolheram o carro. Elementos da imprensa do Norte do Estado divulgaram, através de nota que foi encontrado dentro do carro, inclusive psicotrópicos. A nossa preocupação então foi bastante grande, mais ainda.

Procuramos ir para elucidar os fatos em Jandaia e estive-mos lá, ontem, para ver a situação.

O Delegado afirma que não foi encontrado maconha; a imprensa noticiou que foi. O Delegado disse que foi encontrado um remédio para emagrecer no carro, em uma valise pertencente ao Sr. Vanter Moreira que é o técnico do Apucarana. Não sabemos da veracidade da palavra do Delegado. Agora a situação é muito complicada.

Solicitamos que a perícia técnica fosse até lá para fazer um levantamento para nos dar elementos necessários para que possamos responsabilizar em parte, a polícia de Jandaia pela omissão, porque a polícia vindo aquela depredação, ela se ausentou, ela se esqueceu de proteger.

Quanto ao carro estar lá em um domingo, eu gostaria de justificar uma vez que a recomendação do Governo Federal é para diminuir os gastos de combustíveis. A Segunda Secretaria, de março até o mês de julho, teve uma verba de 45 mil cruzeiros para gasto em gasolina, e a Segunda Secretaria gastou desses 45, 20 mil cruzeiros apenas, devolvendo à Tesouraria da Assembléia, a quantia de 25 mil cruzeiros que não foram gastos em gasolina.

Portanto, eu acho que os números justificam a estada do carro em um domingo em Apucarana, em Londrina e em Jandaia.

Era o esclarecimento que eu tinha aos nobres Deputados. Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência tem a satisfação de registrar neste Plenário, a presença de S. Exa. o Sr. Farid Nicolau, D.D. Prefeito Municipal de Bom Sucesso. Inscritos para falar no Grande Expediente, os Srs. Deputados Gilberto Carvalho, que declinou; Jurandir Messias, que solicitou a sua transferência para a próxima sessão; e o Sr. Deputado Lúcio Machado a quem a Presidência consulta se deseja ocupar a tribuna no Grande Expediente.

O SR. LÚCIO MACHADO — Declino, Sr. Presidente. Transfiro para segunda-feira.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência manterá a ordem de inscrição.

A Presidência consulta o Sr. Deputado Trajano Bastos, Líder do MDB se deseja ocupar o espaço que lhe é reservado.

O SR. TRAJANO BASTOS — Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Havendo declinado, consulto à Liderança da ARENA, representada hoje pelo Sr. Deputado Gilberto Carvalho, se deseja ocupar os 15 minutos regimentalmente cedidos ao seu partido.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Eu declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 47 Srs. Deputados.

A Presidência comunica aos Srs. Deputados que acaba de exarar o seguinte despacho à Emenda à Constituição do Estado, subscrita pelos Srs. Deputados Lineu Turra e Nilso Sguarezi, com apoioamento constitucional: "Encerrado o prazo para apresentação de emendas à referida Proposição, a remente à Comissão Especial incumbida de exarar parecer."

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Accioly Neto, constante do expediente. Necessita de apoioamento. — Apoiado. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça. Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do expediente. Necessita de apoioamento. — Apoiado. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem

do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

**1ª DISCUSSÃO** — do Projeto de Lei número 150/72, de autoria do Deputado Arizone Araújo, que autoriza o Poder Executivo transferir ao DER, para fins de conservação e melhoria, o trecho de estrada que liga Francisco Beltrão a Verê. Pareceres CONTRÁRIOS da CCJ e FAVORÁVEIS da CF., e COPTC., por unanimidade. — **Rejeitado.**

#### PROJETO DE LEI NÚMERO 150/72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A:**

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a transferir ao Departamento de Estradas de Rodagem, para fins de conservação e melhoria, o trecho de estrada que liga Francisco Beltrão a Verê.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01 de setembro de 1972.

(a) ARYZONE DE ARAÚJO

#### JUSTIFICATIVA:

A importância econômica do referido trecho rodoviário, representada pelo intenso fluxo de riquezas agrícolas, recomenda a medida ora proposta, em vista do interesse que o Estado tem, na região, no que tange à arrecadação tributária.

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

Parecer ao Projeto de Lei número 150/72

Objetiva o presente plano de lei a transferência ao Departamento de Estradas de Rodagem, para fins de conservação e melhoria, o trecho que liga os municípios de Francisco Beltrão e Verê.

Analisada pela Comissão de Constituição e Justiça, a proposição teve parecer contrário, entretanto, sob o ângulo que cabe a essa Comissão analisar, não vemos nada que a possa obstaculizar.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 19 de março de 1977.

(aa) JOÃO FADEL — Presidente

AGUINALDO PEREIRA LIMA — Relator

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei número 150/72

De autoria do nobre Deputado Aryzone Araújo, o presente projeto de lei número 150/72, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a transferir para o DER, para fins de conservação e melhoria o trecho de estrada que liga Francisco Beltrão a Verê.

Embora as intenções do seu autor nos convença da oportunidade do projeto, barreiras constitucionais o impedem da sua tramitação por esta Casa.

Nestas condições o nosso parecer é contrário, por julgá-lo inconstitucional, opinando-se pela sua rejeição.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30 de novembro de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO — Presidente

LUIZ ROBERTO SOARES — Relator

#### COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Parecer ao Projeto de Lei número 150/72

O ilustre Deputado Aryzone Araújo, através o presente projeto de lei, visa transferir ao Departamento de Estradas de Rodagem, para fins de conservação e melhoria, o trecho de estrada que liga Francisco Beltrão a Verê.

No âmbito desta Comissão, há que perquirir quanto ao interesse coletivo e do próprio Estado.

Sendo esse nosso entendimento, porquanto da própria justificativa ressalta esse interesse sem maiores comprometimentos para o Estado, o parecer é pela aprovação.

Sala das Comissões, em 20 de junho de 1977.

(aa) FUAD NACLI — Presidente

LINEU TURRA — Relator

**1ª DISCUSSÃO** — do Projeto de Lei número 77/76, de autoria do Deputado Valter Pietrângelo, que autoriza o Poder Executivo incluir no Plano Rodoviário Estadual, para fins de conservação e melhorias, a Rodovia que liga os Municípios de Planaltina do Paraná e Santa Isabel do Ivaí. Pareceres CONTRÁRIO da CCJ., e FAVORÁVEL da CF., e COPTC., por unanimidade. -

**Aprovado.**

#### PROJETO DE LEI NÚMERO 77/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A:**

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a incluir no Plano Rodoviário Estadual, para fins de conservação e melhorias, a rodovia que liga os Municípios de Planaltina do Paraná e Santa Isabel do Ivaí.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24 de junho de 1976.

(a) VALTER PIETRÂNGELO

#### JUSTIFICATIVA:

A inclusão no Plano Rodoviário Estadual, que ora propomos, tem por objetivo dotar aquela progressista região de nosso Estado, de rodovia em melhores condições de tráfego, que atualmente, face à escassez de recursos dos municípios, não têm sido alcançadas.

O atual estado do percurso, objeto do acima proposto, é entrave ao escoamento agrícola e à ligação com outros centros, inclusive com o Sul do Estado de Mato Grosso.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei número 77/76

1 — A iniciativa do nobre Deputado Valter Pietrângelo colide frontalmente à disposição constitucional que reserva ao Governador do Estado a competência para a iniciativa de Leis que autorizem ou aumentem a despesa pública.

2 — Aparentemente o projeto poderia ser considerado como mera autorização que o Chefe do Poder Executivo a utilizaria ou não conforme fôsse a conveniência do Estado. Todavia, a Constituição veda esse meio, que poderia ser considerado artificioso, para contornar uma proibição constitucional.

Ao nobre autor do projeto restaria fazer um requerimento ao Plenário pedindo o encaminhamento do assunto como sugestão ao Poder Executivo.

3 — Deixamos de propor a conversão do projeto em sugestão ao Poder Executivo, por não ser esta da competência desta Comissão.

O Deputado apresentou um projeto de lei e sobre o projeto de lei devemos nos pronunciar. A alternativa que apontamos é de decisão unicamente do próprio deputado que julgará da conveniência ou não de ser adotada.

Nestas condições o nosso parecer é pela REJEIÇÃO do projeto em exame, por INCONSTITUCIONAL.

Sala das Comissões, em 03 de agosto de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO — Presidente

DÁCIO LEONEL — Relator

#### COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Parecer ao Projeto de Lei número 77/76

O ilustre Deputado Valter Pietrângelo, através o presente projeto de lei, visa incluir no Plano Rodoviário Estadual, para

fins de conservação e melhorias, a rodovia que liga os municípios de Planaltina do Paraná e Santa Izabel do Ivaí.

No âmbito desta Comissão, há que perquerir quanto ao interesse coletivo e do próprio Estado.

Sendo esse nosso entendimento, porquanto da própria justificativa resalta esse interesse sem maiores comprometimento para o Estado, o parecer é pela aprovação.

Sala das Comissões, em 20 de junho de 1977.

(aa) Fuad Nacli, Presidente; Lineu Turra, Relator.

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

Parecer ao Projeto de Lei número 77/76

O presente projeto de lei não fere princípios de ordem financeira, por se tratar de mera autorização.

Quanto a sua oportunidade nada a opor, tendo em vista a grande melhoria que traria no município.

Somos pela aprovação do projeto, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 31 de agosto de 1977.

(aa) Quielse Crisóstomo, Presidente, Gabriel Manoel, Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 119/76, de autoria do Deputado QUIELSE CRISÓSTOMO, que autoriza o Poder Executivo retificar e revestir a estrada que liga os Municípios de GUARACI, SANTA FÉ, FLÓRIDA, ATALAIA e NOVA ESPERANÇA. Pareceres da C.C.J. como sugestão ao Poder Executivo, CONTRÁRIO da C.F. e FAVORÁVEL da C.O.P.T.C., por unanimidade. — **Aprovado.**

#### PROJETO DE LEI NÚMERO 119/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1o. — Fica o Poder Executivo autorizado a retificar e revestir com pavimento asfáltico a estrada que liga os Municípios de Guaraci, Santa Fé, Flórida, Atalaia e Nova Esperança.

Art. 2o. — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03 de agosto de 1977.

(a) Quielse Crisóstomo

#### JUSTIFICATIVA:

Esta estrada interliga a região de Paranavai com Londrina e São Paulo, beneficiando também, os Municípios de Astorga e Jaguapitã.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei número 119/76

Sendo de autoria do nobre Deputado Quielse Crisóstomo, objetiva o presente projeto de lei autorizar o Poder Executivo a retificar e revestir com pavimento asfáltico a estrada que liga os Municípios de Guaraci, Santa Fé, Flórida, Atalaia e Nova Esperança.

Efetivamente, os artigos 25 e 35 da Constituição Estadual vedam a apresentação deste plano de lei pelos membros do Poder Legislativo, pois, trata-se de aumento da despesa pública, matéria da competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo.

Desta forma, o presente projeto de lei somente poderia ser acolhido como sugestão ao Poder Executivo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23 de março de 1977.

(aa) Paulo Camargo, Presidente; Gilberto Carvalho, Relator.

#### COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS' TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES.

Parecer ao Projeto de Lei número 119/76.

De autoria do nobre Deputado Quielse Crisóstomo, tem por finalidade o presente projeto de lei autorizar o Poder Executivo a retificar e revestir, com pavimento asfáltico, a es-

trada que liga os Municípios de Guaraci, Santa Fé, Flórida, Atalaia e Nova Esperança.

Embora se trate de matéria que "aumenta a despesa pública", o que é vedado pelos arts. 25 e 35 da Constituição Estadual, de vez que sua iniciativa é de competência do Governador, a importância que representaria tal medida, se concretizada, para aquela região, nos leva a um pronunciamento favorável, pois o próprio Paraná com ela muito se beneficiaria.

Nestas condições, nosso parecer é pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 15 de junho de 1977.

(aa) Fuad Nacli, Presidente; Augusto Carneiro, Relator.

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

Parecer ao Projeto de Lei número 119/76.

O presente projeto de lei número 119/76, de autoria do nobre Deputado Quielse Crisóstomo, tem por finalidade autorizar o Chefe do Poder Executivo a retificar e revestir com pavimentação asfáltica a estrada que liga os Municípios de Guaraci, Santa Fé, Flórida, Atalaia e Nova Esperança.

Sobre a matéria houve o pronunciamento da douda Comissão de Constituição e Justiça, manifestando-se contrariamente face à sua inconstitucionalidade, em razão dos arts. 25 e 35 da Constituição Estadual, que vedam a iniciativa por este Poder, de Projetos que aumentem ou alterem a despesa pública.

Nestas condições, no âmbito desta Comissão de Finanças, queremos nos manifestar contrariamente à matéria, diante da sua inconstitucionalidade, opinando-se pela sua REJEIÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 31 de maio de 1977.

(aa) João Fadel, Presidente; Aginaldo P. Lima, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Benedito dos Santos Teixeira. — **APROVADO.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do expediente, solicitando seja enviado expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo seja determinado o revestimento asfáltico da estrada que liga o Distrito de Missal à sede do Município de Medianeira. — **APROVADO.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Superintendente do IPE, formulando apelo no sentido de que seja firmado um convênio, desse Instituto com uma unidade hospitalar do Município de Medianeira. **APROVADO.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Educação e Cultura, encarecendo providências no sentido da implantação de um curso fundamental de 1o. grau da 5a. à 8a. séries, no Bairro do Atuba, Município de Colombo. — **APROVADO.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Enéas Faria, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário dos Recursos Humanos, bem como ao Sr. Secretário da Educação e Cultura, em forma de pedido de informações referente a eventuais transferências de instalações. — Em discussão.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

O SR. ENÉAS FARIA — Pela ordem, Sr. Presidente. Confesso que não atentava bem ao procedimento que a Mesa adotava em relação a este requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — O Sr. Vice-Líder da



ARENA solicitou para discutir. Em razão da disposição regimental, conforme preceitua o Art. 150 do Regimento Interno, foi adiada a sua discussão para a próxima sessão.

O SR. ENÉAS FARIA — Eu agradeço a Presidência e aguardarei as luzes que o eminente Sr. Deputado Gilberto Carvalho trará a meu requerimento.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, em forma de pedido de informações referente as despesas decorrentes nos deslocamentos da sede do governo para o interior. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando voto de estímulo e congratulações ao escritor didático paranaense Antenor Batista, um filho da cidade de Quitandinha que, graças aos seus livros, goza, hoje de reputação internacional no campo por ele eleito, qual seja o de bem-estar físico, mental e intelectual do ser humano. — APROVADO.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra sessão para amanhã, dia 4, quinta-feira, com a seguinte

#### ORDEN DO DIA:

2a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei números 77/76 e 119/76.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 97/76; marcando ainda, uma sessão para sexta-feira, dia 5, às 10,00 horas, com a seguinte

#### ORDEN DO DIA:

REDAÇÃO FINAL: dos Projetos de Resolução números 15/66, 29/77, 91/77, 92/77, 95/77, 96/77, 100/77, 101/77, 102/77, 103/77, 104/77, 183/77, 186/77, 187/77, 188/77, 189/77, 190/77, 191/77, 192/77 e 193/77.

A Presidência informa aos Srs. Parlamentares interessados, que visitará este Poder, às 16,00 horas e será recebido na sala da Presidência, o Sr. Dr. Paulo Cruz Pimentel, ex-governador do Estado.

Levanta-se a sessão.

#### PORTARIAS:

##### PORTARIA NÚMERO 577/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso e suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 7044, de 19 de julho de 1977, deste Poder,

#### RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria número 637/76, à funcionária GAUDENCIA GIL TEIXEIRA, matrícula número 262, ocupante do cargo de nível PL"23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 03 de agosto de 1977

FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

##### PORTARIA NÚMERO 578/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 7012, de 18 de julho de 1977, deste Poder,

#### RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria número 637/76, ao funcionário GILBERTO LAMPARELLI SILVA, matrícula número 178, ocupante do cargo de nível PL"23", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 03 de agosto de 1977.

FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

##### PORTARIA NÚMERO 579/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 7007, de 18 de julho de 1977, deste Poder,

#### RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria número 637/76, aos funcionários, abaixo relacionados, todos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia:

ENIO MEDEIROS — Mat. 010 — AT

OLENI FERREIRA LIMA — Mat. 379 — OA PL"19"  
Gabinete da Diretoria Geral, em 03 de agosto de 1977.

FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

##### PORTARIA NÚMERO 580/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 7176, de 27 de julho de 1977, deste Poder,

#### RESOLVE:

conceder a EDU LIBERTI, matrícula 243, ocupante do cargo de nível PL"23", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias referentes ao exercício de 1976, a partir de 03 de agosto de 1977.

Gabinete da Diretoria Geral, em 03 de agosto de 1977.

FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

##### PORTARIA NÚMERO 581/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 7119, de 25 de julho de 1977, deste Poder,

#### RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria número 637/76, à funcionária SENHORINHA BERNARDI, matrícula número 563, ocupante do cargo de nível PL"16", da Série de Classes de Escriturário, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 03 de agosto de 1977.

FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

##### PORTARIA NÚMERO 582/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 7118, de 25 de julho de 1977, deste Poder,

#### RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria número 637/76, aos funcionários abaixo relacionados, todos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia:

NELSON ANDRE ARAÚJO — Mat. 544 — OSG PL"19"

IZAIR PEREIRA FLORES — Mat. 206 — ASG PL"17"

BERTOLDO SCHWARZBACH — Mat. 306 — OA PL"23"

MARIA NEIDE BOZA STIVAL — Mat. 221 — ASG PL"15"

Gabinete da Diretoria Geral, em 03 de agosto de 1977.

FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

##### PORTARIA NÚMERO 583/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA

LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 7141, de 25 de julho de 1977, deste Poder,

**R E S O L V E:**

antecipar para 16 de agosto de 1977, as férias concedidas pela Portaria número 637/77, à funcionária OLGA MARIA ROCHA ATHAYDE, matrícula número 195, ocupante do cargo de nível PL"20", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 03 de agosto de 1977.

FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral.

**PORTARIA NÚMERO 584/77**

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 7225, de 28 de julho de 1977, deste Poder,

**R E S O L V E:**

designar a funcionária CILENE MARIA PEREIRA, ora à disposição deste Poder, a prestar serviços junto ao Gabinete do Deputado Trajano Bastos, no período compreendido entre 05 de julho a 31 de dezembro de 1977.

Gabinete da Diretoria Geral, em 03 de agosto de 1977.

FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

**PORTARIA NÚMERO 585/77**

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA

LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 7236, de 29 de julho de 1977, deste Poder,

**R E S O L V E:**

conceder à funcionária JOSINA PEREIRA JANJÃO, matrícula número 157, ocupante do cargo de nível PL"18", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1977, a partir de 02 de agosto de 1977.

Gabinete da Diretoria Geral, em 03 de agosto de 1977.

FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

**PORTARIA NÚMERO 586/77**

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 6019, de 21 de junho de 1977, deste Poder,

**R E S O L V E:**

conceder ao funcionário GABRIEL BROTTTO, matrícula número 335, ocupante do cargo de nível PL"19", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, sessenta (60) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 20 de junho de 1977.

Gabinete da Diretoria Geral, em 03 de agosto de 1977.

FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral.